



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXV — N.º 3

QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1970

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SESSÕES CONJUNTAS

Dia 23 de abril de 1970, às 10 horas
(Quinta-feira)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 1970 (CN), que altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 1.063, de 21 de outubro de 1969, tendo

PARECER n.º 1/70, favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta, consubstanciando o Parecer do Relator e as Emendas n.ºs 9, 32 (em parte), 34, 36, 38, 52, 56 e 58, e as Emendas com Subemendas n.ºs 33 e 37, e as Subemendas n.ºs 1 a 12 da Comissão.

Em 23 de abril de 1970, às 21 horas
(Quinta-feira)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 1, de 1970 (CN), que acrescenta parágrafo único ao artigo 15 da Lei n.º 4.822, de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais da Marinha, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 2, de 1970 (CN), da Comissão Mista.

ATA DA 4.ª SESSÃO CONJUNTA EM 22 DE ABRIL DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

Sessão Solene Comemorativa do Dia da Comunidade Luso-Brasileira

PRESIDENCIA DO SR. JOÃO CLEOFAS

As 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Gulomard — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Victorino Freire — Petrônio Portella — José Cândido — Sigefredo Pacheco — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaça — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Domicio Gondim — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Arnon de Mello — Leandro Maciel — Júlio Leite — José Leite — Antônio Fernandes — Antônio Balbino — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Raul Ghuberti — Paulo Tórres — Vasconcelos Tórres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Benedicto Valladares

— Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — José Feliciano — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Mello Braga — Celso Ramos — Antônio Carlos — Attilio Fontana — Guido Mondin — Mem de Sá.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Mesquita — ARENA; Noser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB; Wanderley Dantas — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; José Esteves — ARENA; José Lindoso — ARENA; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Armando Corrêa — ARENA; João Menezes — MDB.

Maranhão

Alexandre Costa — ARENA; Américo de Souza — ARENA; Emilio Murad — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; Ivar Saldanha — ARENA; José Burnett — MDB; José Marão Filho — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA; Raimundo Bogéa — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Ezequias Costa — ARENA; Fausto Castelo Branco — ARENA; Heitor Calvanti — ARENA; Joaquim Parente — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Sousa Santos — ARENA.

Ceará

Álvaro Lins — MDB — Delmiro Oliveira — ARENA; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Corrêa — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Humberto Bezerra — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manuel Rodrigues — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Régis Barroso — ARENA; Vicente Augusto — ARENA; Virgílio Távora — ARENA; Wilson Roriz — ARENA.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Jessé Freire — ARENA; Theodorico Bezerra — ARENA; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Flaviano Ribeiro — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Milton Cabral — ARENA; Monsenhor Vieira — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Renato

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL
WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO

Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

Número avulso NCr\$ 0,20

O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02

Tiragem: 27.000 exemplares

Ribeiro — ARENA; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Alde Sampaio — ARENA (SE); Antônio Neves — MDB; Aurino Valois — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Heráclio do Rêgo — ARENA; João Lyra Filho — MDB; João Roma — ARENA; José Meira — ARENA (SE); Josias Leite — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Milvernes Lima — ARENA; Paulo Maciel — ARENA; Tabosa de Almeida — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Djalma Falcão — MDB; Luiz Calvalcante — ARENA; Medeiros Neto — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Pereira Lúcio — ARENA; Segismundo Andrade — ARENA.

Sergipe

Arnaldo Garcez — ARENA; Augusto Franco — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Luís Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Alves Macedo — ARENA; Antônio-carlos Magalhães — ARENA; Clodoaldo Costa — ARENA; Edgard Pereira — MDB; Edwaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Ha-

nequim Dantas — ARENA; Heitor Dias — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Luna Freire — ARENA (SE); Manuel Novaes — ARENA; Neci Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Oscar Cardoso — ARENA; Raimundo Brito — ARENA; Régis Pacheco — MDB; Rubem Nogueira — ARENA; Ruy Santos — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Filho — ARENA; Wilson Falcão — ARENA; Josaphat Azevêdo.

Espírito Santo

Dirceu Cardoso — MDB; Feu Rosa — ARENA; Floriano Rubin — ARENA; João Calmon — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA; Raymundo de Andrade — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho de Oliveira — MDB; Afonso Celso — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Altair Lima — MDB; Amaral Peixoto — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Edgard de Almeida — MDB; José Saly — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Mário de Abreu — ARENA; Rockefeller Lima — ARENA; Raymundo Padilha — ARENA; Rozendo de Souza — ARENA.

Guanabara

Amauri Kruehl — MDB (SE); Arnaldo Nogueira — ARENA; Cardoso de Menezes — ARENA; Erasmo Martins-Pedro — MDB; Mendes de Moraes — ARENA; Nelson Carneiro — MDB; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Veiga Brito — ARENA.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Austregésilo Mendonça — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Dnar Mendes — ARENA; Edgar-Martins Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Gilberto Almeida — ARENA; Guilherme Machado — ARENA; Gustavo Capanema — ARENA; Hélio Garcia — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Israel Pinheiro Filho — ARENA; Jaeder Albergaria — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Maria Alkmim — ARENA; Luís de Paula — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Monteiro de Castro — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Resende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Pedro Vidigal — ARENA; Pinheiro Chagas — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Rondon Pacheco — ARENA; Sinval

Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Último de Carvalho — ARENA; Walter Passos — ARENA;

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Alceu de Carvalho — MDB; Aniz Badra — ARENA; Antônio Feliciano — ARENA; Armindo Mastrocolla — ARENA; Athié Couri — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Melo — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA (SE); Chaves Amaranante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Franco Montoro — MDB; Hamilton Prado — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; José Resegue — ARENA; Lacorte Vitale — ARENA; Lauro Cruz — ARENA; Levi Tavares — ARENA; Nazir Miguel — ARENA; Ortiz Monteiro — ARENA; Pedro Marão — MDB; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB;

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Benedito Ferreira — ARENA; Emival Caiado — ARENA; Jales Machado — ARENA; Joaquim Cordeiro — ARENA; José Freire — MDB — Lisboa Machado — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Edyl Ferraz — ARENA; Garcia Neto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Nelson Benedito — ARENA; Saldanha Derzzi — ARENA.

Paraná

Accioly Filho — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Anibelli — MDB; Braga Ramos — ARENA; Cid Rocha — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Hamilton Magalhães — ARENA; Haroldo Leon Peres — ARENA; Henio Romagnoli — ARENA; João Paulino — ARENA; José Richa — MDB; Justino Pereira — ARENA; Lyrio Bertolli — ARENA;

Minoru Miyamoto — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Carneiro Loyola — ARENA; Genésio Lins — ARENA; Joaquim Ramos — ARENA; Lenoir Vargas — ARENA; Osni Regis — ARENA; Romano Massignan — ARENA.

Rio Grande do Sul

Adylio Viana — MDB; Alberto Hoffmann — ARENA; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunsler — ARENA; Arnaldo Prietto — ARENA; Ary Alcântara — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Euclides Triches — ARENA; Jairo Brun — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Otávio Caruso da Rocha — MDB; Paulo Brossard — MDB; Tarso Dutra — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Janary Nunes — ARENA.

Rondônia

Nunes Leal — ARENA.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente João Cleofas o Sr. Deputado Geraldo Freire, Presidente da Câmara dos Deputados e os Srs. Senadores Fernando Corrêa e Paulo Torres, respectivamente, 1.º e 3.º-Secretários; à esquerda, os Srs. Edmundo Levi, 2.º-Secretário, e Adalberto Sena, servindo de 4.º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senador

João Cleofas) — A presente Sessão solene destina-se a comemorar o Dia da Comunidade Luso-Brasileira, instituída através da Lei n.º 5.270, de 1967. Devo dizer simplesmente que, nesta comemoração tão prata ao coração dos brasileiros e, por igual, ao coração do povo português, não existem duas pátrias, mas, na realidade, uma comunidade ligada, identificada, com uma soberania que se pode dizer alicerçada pelos mesmos sentimentos comuns, pela mesma língua comum, pelos mesmos ideais democráticos, pelas mesmas aspirações que nos guiam, nos inspiram e nos identificam cada vez mais.

Honra-me sobremaneira declarar aberta a presente Sessão, dando a palavra ao Senador Arnon de Mello. (Palmas.)

O SR. SENADOR ARNON DE MELLO — Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Ministros de Estado, Exmo. Sr. Ministro da Marinha de Portugal, Almirante Manuel Pereira Crespo, Exmo. Sr. Embaixador de Portugal José Manuel Fragoso, Exmo. Sr. General Dióscoro Vale, Comandante da 11.ª Região Militar, Exmas. Autoridades, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Prazerosamente acolhi a designação de V. Exa. para, em nome do Senado, falar nesta solenidade com que o Congresso Nacional comemora o Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

Há mais de trinta anos integrei, como representante da nossa Imprensa, a comitiva do então Presidente de Portugal, General Carmona, em sua visita a Cabo Verde, Moçambique e Angola. Foram três meses de viagem, durante os quais pude ver de perto algumas das raízes do Brasil.

Filho de Senhor de Engenho do Nordeste, vivendo desde criança em meio a descendentes de africanos empregados na agricultura da cana-de-açúcar, encantou-me o entrar em contato com a cultura negra nas suas fontes mais autênticas. A curiosidade de jornalista e a preocupação de antigo aluno de Sociologia de Gilberto Freyre motivaram o meu empenho de melhor conhecer a realidade africana, observando usos e costumes indígenas tanto como as relações de portugueses e pretos já não em terras da América, mas no próprio continente negro.

RAZÕES DO ENCONTRO

Para melhor situar-me no presente, haveria eu de recordar o passado, as razões mais remotas do encontro das duas raças, primeiro na África e a seguir na América. Estávamos entre os séculos XV e XVI, no início dos imperialismos oceânicos, e ao tempo do movimento da Reforma de Lutero e Calvino. As duas nações da Península Ibérica se entregavam à expansão ultramarina, sustentadas pelo Papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, que, receoso do poderio e da expansão dos infiéis muçulmanos — senhores do Mediterrâneo e já se espraçando pelo Norte da África —, em 1494 dividira o mundo entre Portugal e Castela, através da assinatura do Tratado de Tordesilhas. Amparadas pela Santa Sé, defendem as duas na-

ções ibéricas a descoberta das novas terras como missão que lhes é atribuída pela Providência, para levarem aos hereges que as habitavam a fé religiosa, submetendo-os e convertendo-os ao cristianismo. A tarefa não lhes era, todavia, muito fácil não tanto pelas resistências do oceano aos seus impetus e avanços, mas, sobretudo, porque outras nações continentais, além de pugnam pelo direito ao livre trânsito nos mares, não reconheciam a posse das terras sem a sua ocupação efetiva. Esta foi a posição tomada por Francisco I, Rei de França, que se dispunha a respeitar apenas os "lugares habitados e defendidos", porque "o sol brilhava tanto para ele como para os outros", e, negando o caráter sagrado da dádiva e protestando contra o monopólio, frisava que "gostaria de ver o testamento de Pai Adão para saber de que forma ele dividira o mundo".

EXPEDIÇÕES PORTUGUESAS

Guiados pelo Infante D. Henrique, os portugueses iniciaram impávidos suas expedições marítimas para o Oriente, na direção sul, e por quase todo o século XV as continuaram. Para seu maior sucesso, utilizavam recursos científicos e tecnológicos, no campo da navegação, da construção naval, da organização das travessias e da atividade comercial, e se valiam ao mesmo tempo de informações de mercadores de outras terras e de agentes que a seu mando percorriam o mundo todo. As decisões eram tomadas em reuniões de que participavam homens de governo e homens de ciência e tecnologia, matemáticos, astrólogos, cartógrafos, pilotos, veteranos navegadores de expedições passadas e aspirantes ao comando de expedições futuras. Tudo se organizava com a preocupação da maior segurança, debatidas e examinadas as alternativas, estudados todos os aspectos do empreendimento, selecionado o material humano com extremos de precaução. O Cais da Ribeira era, no século XV, para a conquista dos mundos novos, o que é Houston neste século XX para a conquista do cosmos; ontem argonautas e hoje astronautas, os heróis das façanhas históricas.

Assim agindo, os portugueses alcançaram a Índia, fizeram, com a expedição de Vasco da Gama, a transformação do mundo comercial, retirando

de Veneza e Alexandria o privilégio de praças dos maiores negócios da época, que se deslocaram então para o Centro e Norte da Europa.

Com a expedição de Cabral, que sucedeu à de Vasco da Gama, igualmente modelar na sua organização, descobriram os portugueses este País.

PRESENÇA DO PRÉTO NO BRASIL

D. João III começa, em 1534, a colonização do Brasil, dividindo nosso território em 15 capitanias e doando-as a 12 donatários, subordinados por Carta Régia de 7 de janeiro de 1549 a um governo geral, chefiado por Tomé de Sousa. Mas o País era muito grande, e os seus recursos humanos, o índio, sem resistência nem aptidões para o esforço que, desaparecido o comércio de pau-brasil, mais se fazia preciso a fim de desenvolvê-lo, dentro do caráter sistemático da nossa colonização — tão bem definida por Oliveira Martins —, quase exclusivamente dedicada à agricultura, à plantação de cana e ao fabrico de açúcar. O índio nômade repele o trabalho sedentário da lavoura, tornando angustiante o problema da falta de braços.

A solução seria recorrer à África, que a esse tempo já provia a Metrópole de forças de trabalho para seus campos e cidades, e ao viajante Gerônimo Muenzer não passou despercebido que mesmo em Lisboa havia africanos utilizados em oficinas que fabricavam âncoras para as caravelas.

Logo se voltam as vistas dos colonizadores para o continente negro, e o regime de escravidão ganha novo ímpeto. O Brasil recebe primeiro escravos da Guiné e depois do Congo e de Angola e Moçambique. A planta africana encontra na jovem e livre América clima propício. Intensifica-se o tráfico, e de tal forma que leva o Padre Vieira a declarar numa de suas cartas que sem Angola não teria havido prêtos e sem prêtos não haveria Pernambuco, como em um de seus sermões disse depois que o algodão enegrecera o Maranhão, tantos eram os escravos empregados nessa lavoura. Em 1580, não se cuidava em Angola senão de exportar braços para o Brasil; 52.053 peças entre 1575 e 1591, conforme registra Abreu e Brito em inquérito de 1592; e quase um milhão até o ano de 1681, segundo o Visconde de Paiva Manso.

OCUPAÇÃO E LIBERTAÇÃO

Portugal, com apenas um milhão de habitantes, tem sob sua bandeira, mercê dos descobrimentos, milhões e milhões de almas em territórios duzentas vezes mais vastos que o seu, estendidos da Europa para a África Ocidental e Oriental, a Ásia, a América e Austrália, onde chegou no século XVI e a que deu o nome de Grande Java. Ainda que empenhando os maiores esforços para manter integros tão formidáveis domínios, não tinha condições de fazê-lo. Os holandeses conquistam então Pernambuco e lá se instalam e se dedicam ao tráfico de escravos para o Nordeste. Angola está, por isso mesmo, na sua alça de mira. Tentam, por várias vezes, ocupá-la, sempre repelidos, mas conseguem afinal o seu intento, em 1641.

Passam-se sete anos, e é um brasileiro carioca — Salvador Correia de Sá e Benevides — quem, a 12 de maio de 1648, parte do Rio de Janeiro para libertá-la, levando uma esquadra organizada mercê de empréstimo de sessenta mil cruzados que lhe fazem "com grandíssima vontade" os moradores da cidade de São Sebastião. Em sua *História Geral das Guerras Angolanas*, de 1680, diz Antônio de Oliveira Cadornega, escritor e militar, membro da expedição, que no Rio "houve um morador tão honrado e bom vassalo, por nome Cristóvão Vaz, que o que lhe tocou o trouxe à porta em sacos de dinheiro com festejos de caramelos, e não somente o que lhe era consignado do senão ainda de sobejo, que repartia com liberal mão com oficiais e soldados".

A luta se travou três meses depois, quando da chegada da esquadra a Angola, e em dois dias a colônia estava livre dos flamengos. O libertador assumiu-lhe o Governo, por dez anos dirigiu-lhe os destinos e se transformou no seu maior herói, com estátua na praça principal de Luanda e efígie nas notas de dinheiro angolano.

BRASILEIROS EM ANGOLA

Sucedeu-o João Fernandes Vieira, que, nascido em Portugal, para aqui viera com 12 anos de idade e em Pernambuco se notabilizara nas lutas contra os holandeses. Depois dele é outro brasileiro que ocupa o Governo da colônia, André Vidal de Negreiros, herói das guerras pernambucanas e

cujo nome, como o de Salvador de Sá, se tornou lenda em Angola.

Além das relações diretas que mantínhamos (as ordens de Portugal para Angola iam sempre do Rio de Janeiro, os barcos a vela fazendo a viagem em dois e três meses), seus primeiros colonos já foram do Brasil. Eram portugueses da Madeira que, em virtude da questão nativa surgida no nosso País, se transferiram com suas famílias para a África. A cidade de Mossâmedes foi fundada por gente já anteriormente estabelecida em Pernambuco e dirigida pelo colono Bernardino Freire Figueiredo d'Abreu e Castro. Em geral, os médicos e militares lá residentes, além dos governadores, eram brasileiros. Havia, ainda, em Angola, há trinta anos passados, funcionários públicos descendentes de brasileiros e muitos vestígios de famílias nossas, os Gurgel, os Amaral, os Cidade. E, em outras partes da África, no Daomé, por exemplo, são numerosos os brasileiros, filhos de africanos nascidos no Brasil, e africanos mesmo que lá residem e retornaram ao continente negro depois de aqui haverem estado e trabalhado.

APROXIMAÇÕES E INFLUÊNCIAS

Vê-se que as nossas relações com Portugal, ao tempo da colonização, não se restringiam apenas à metrópole, mas estendiam-se às áreas de África, de influência lusitana — o que ainda mais criava laços de aproximação entre brasileiros e portugueses. E em África deixamos também as marcas da nossa gente, que se alongam no tempo, quando não pela presença ali de brasileiros, certamente pela nossa cultura, nessa interpenetração iniciada e promovida pelo gênio lusitano.

Ao chegar a Angola, há trinta anos atrás, tive a sensação de visitar velha cidade brasileira, suas casas dentro do mesmo estilo das que no Brasil foram construídas nos tempos coloniais.

Nos bairros indígenas de Moçambique, no oceano Índico, como que me reencontrei com os mucambos do engenho de meu pai, onde, por sinal, se usavam diversos instrumentos de cozinha que então vi em África e daí saíram para cá.

Na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, como em Angola, ouvi falar dos escritores, artistas, jogadores de futebol, políticos brasileiros, como se estivesse em nosso território. Gilberto

Freyre, Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Viana Moog eram familiares àquela gente, parecia até que moravam ali. Os nossos maiores jogadores de futebol — àquele tempo, Domingos, Leônidas, Valdemar de Brito — dir-se-ia fossem irmãos dos quais se falava com intimidade e em alguns dos quais se descobria ascendência caboverdiana. O samba era a música preferida, cantada e dançada pelo povo e tão ouvida através dos aparelhos de rádio que nos davam êstes a impressão de permanentemente ligados com as emissoras brasileiras.

"Aqui é Portugal" — bradavam os cartazes que em meio às homenagens ao Chefe da Nação portuguesa surgiam pelas estradas e ruas por onde passávamos. Tais e tantas foram as pareências conosco — com os primórdios da nossa história e também com aspectos da nossa vida de hoje que encontrei nas terras portuguesas de África — que então considerei não seria descabido aparecessem cartazes em nosso País com os mesmos dizeres. Pois se assim é em terras de África, de população afirmativa nas suas manifestações de cultura, se lá se gravaram tão nitidas as marcas de Portugal, por ele e nos seus desdobramentos brasileiros — neste País, onde se aprimorou o gênio criador lusitano, sem maiores resistências do índio, não seria demais que disséssemos: "Aqui também é Portugal".

EXISTIRIA O BRASIL SEM PORTUGAL?

Existiríamos nós se não fosse Portugal, se não houvéssemos tido o português para trazer-nos o africano e com ele aqui promover a miscigenação e o nosso desenvolvimento econômico, estribado na sua experiência dos mouros, que, nos sete séculos em que ocuparam a Península, também lhe transmitiram a técnica da industrialização que serviu para os produtos brasileiros, especialmente a cana-de-açúcar?

Além dos valores indígenas e africanos, tivemos na nossa formação, ainda na época colonial, a contribuição dos holandeses e, mais recentemente, a dos alemães, italianos e japoneses, mas a influência que aqui domina continua a ser evidentemente a lusitana.

Entre o que de importante nos delixaram os portugueses, já não refiro o nosso território, que, tão alargado à época da colonização, pôde também ser mantido em bases jurídicas graças aos documentos lusitanos. Já não aludo à religião católica, oficializada pelos portugueses e hoje adotada pela quase totalidade dos brasileiros. Nem menciono a língua, que domina inteiramente o País, enquanto estão desaparecidos inteiramente o tupi e as línguas e dialetos africanos. Não falo da unidade nacional, preservada a todo custo, ao lado das divisões e subdivisões territoriais da América Espanhola. Não cito nem mesmo a miscigenação, de que nos informa o recenseamento de 1950 (61,8% brancos; 26,6% pardos; 11,0% negros; 0,6% amarelos; 0,2% indígenas), através de números que afirmam o novo tipo étnico que estamos criando — o moreno —, que se coloca ao lado do branco, do preto e do amarelo — miscigenação que nos livrou dos perigos das lutas raciais pelo fato de o português, tão calejado nas suas relações com os mouros e outros povos, não ter considerado os negros à maneira dos puritanos ingleses, que não somente lhes fugiam de corpo, mas os excluíam de qualquer convivência.

A CULTURA PORTUGUESA

Importantíssimo é tudo isso — prodigiosos alicerces do Brasil de hoje —, mas prefiro ressaltar nesta oportunidade a cultura portuguesa, em si, que integrou os melhores traços dos valores essenciais da cultura dos povos que nos ajudaram, sem exclusivismos negativos para a nossa formação e para o nosso futuro. Com a sua "capacidade única de perpetuar-se em outros povos". — diz Gilberto Freyre — "dissolvendo-se nêles a ponto de parecer ir perder-se em sangue e culturas estranhas, mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser", pôde o português realizar aqui a sua maior obra e, mesmo com a nossa independência, continuar presente entre nós, a ponto de não se saber "onde acaba o Brasil e começa Portugal".

Devemos positivamente a Portugal mais do que o nosso descobrimento, mais do que a nossa existência, mais do que a nossa sobrevivência, a nos-

sa continuidade: devemos-lhe a nossa estrutura de Nação, em termos de uma fraternidade humanista, que em nós madrugou desde os albos da colonização. "Depois de Cristo" — é ainda Gilberto Freyre que o diz — "ninguém contribuiu mais que os portugueses para a fraternidade entre os homens."

NA EUROPA E NO BRASIL

Impressionante como o gênio lusitano não pôde triunfar na Europa, se triunfou nos trópicos, aqui plantando e cultivando a semente de uma civilização original como a brasileira.

Na Península Ibérica, além das terras pobres, cuja produção diminuía com a expulsão dos mouros, lutavam os portugueses contra as secas, que foram desastrosas especialmente no século XV. Das secas e de outras condições climáticas, meteorológicas, físicas e geológicas, se aproveitaram eles para a produção em larga escala do sal, então fabuloso elemento econômico, porque o mundo da Idade Média tinha no peixe salgado alimentação valiosíssima.

Mas, ao mesmo tempo, tangidos pela pobreza do solo da Península, recorreram ao mar os portugueses, através do qual alcançaram outras terras e então com a incumbência da Santa Sé de persuadir e catequizar os nativos. No solo americano encontraram condições ideais não apenas para empregar suas qualidades intrínsecas, mas também para utilizar o saber de experiência feito. Estudos recentes concluem que na divisão dos continentes, ao separar-se a África da América do Sul, ficou este hemisfério com boa parte do território africano, que integra o território brasileiro, pois, além das várias semelhanças conhecidas, lá se têm encontrado minerais idênticos aos do nosso continente, e, aqui, esqueletos de animais antediluvianos que só mesmo por lá existem.

Defrontaram-se, assim, os portugueses no Brasil com clima e solo já seus conhecidos através da longa convivência com os mouros invasores e da própria ancestralidade, pois dos iberos do Norte da África também descendem. Fatores diversos permitiram-lhes, pois, a integração e o fabuloso êxito da colonização nos trópicos, a par da sua excepcional plasticidade e

da sua capacidade de persistir e resistir adquirida nas duras lutas peninsulares.

Foi no Brasil, ressalta Antônio Sérgio, que "pela primeira vez tiveram os portugueses condições de ambiente francamente propícias para um gênero determinado de cultura básica", ou seja, um produto primário de alimentação e de fácil venda como então o açúcar. E avento Antônio Sérgio que o açúcar foi para o português dos trópicos, no terceiro século da expansão marítima, o que, em importância econômica, representou o sal para o português da Metrópole antes daquela expansão.

LABORATÓRIO DE CIVILIZAÇÃO

Está aí, através deste ligeiro esboço de fatos e razões, porque não criou o português neste hemisfério uma simples colônia de plantação mas desde logo uma Nação alicerçada em autênticos valores culturais, sociais e econômicos. Transplantou para os trópicos o que tinha de melhor de si mesmo, da sua cultura, enriquecida pela ameríndia e africana, que logo incorporou à nova civilização originada de seu gênio criador. Com a interpenetração de tantas culturas, valorizou-se o esforço lusitano no novo mundo e de tal modo que bem poderia dizer-se que em nenhuma parte mais que aqui está presente o português nas afirmações da sua personalidade construtiva, porque em outra parte mais ensaios não teve que aqui para tais expansões criadoras.

A realidade comprova que, vindo dessas origens, descoberto e colonizado pelo português, "o latino mais rico em sentimentos e emoções", no dizer de Kayserling na sua análise espectral da Europa, o Brasil é hoje uma democracia étnica e social para a qual contribuiu espantosa variedade de tipos raciais e culturais, dentro dos três grupos fundamentais que o integram. Aqui se experimentaram, como diz Artur Ramos, todos os possíveis contatos de raças. E estas mesmas — o português, o índio e o negro — por seu lado já excessivamente ricas na multiplicidade dos componentes da sua formação. Os africanos importados que ao Brasil chegavam tinham a mesma cor de pele, mas culturas as mais diversas, como variadas eram as culturas das tribos de aborí-

genes que povoavam o nosso território. E o português, que já descendia dos ligúrios e iberos, a numerosos povos se juntou na Península, desde os celtas, germanos, mediterrâneos até os berberes e os árabes, de todos recebendo, ao mesmo tempo que a influência étnica, a cultural, e constituindo-se num dos povos mais heterogêneos do mundo. Muitas razões temos, portanto, com tais e tantos valores étnicos, culturais e sociais, para continuar sendo aquele "laboratório de civilização", da definição de Rudiger Bilden.

COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

Diante de realidade tão ofuscante, em que portugueses e brasileiros tão profundamente se ligam — não por imposição de vontades e interesses, mas por assimilação de cultura docemente processada e aceita —, nada mais justo do que o ato do Congresso Nacional aprovando projeto do nobre Senador Vasconcelos Tôrres, que institui o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira". E o dia da Comunidade Luso-Brasileira haveria de ser o de hoje, 22 de abril, quando, em 1500, mais ou menos a esta hora mesma da tarde, e também, numa quarta-feira, como registrou Pero Vaz Caminha, teve início, com a presença em nosso solo de Pedro Álvares Cabral e seus companheiros de expedição, a marcha vitoriosa da Nação brasileira. O ato do nosso Parlamento está evidentemente matizado no mais profundo do nosso povo, que mantém inflexível os valores que nos legaram os portugueses.

Permanecemos, assim, quase cinco séculos passados, fiéis às nossas origens, povo e elite integrados no mesmo sentimento de comunidade luso-brasileira. E é na base dessa fidelidade não desmentida através dos tempos que nos fortalecemos para cumprir nossa missão no mundo novo. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Cleofas) — Tem a palavra o ilustre Deputado Padre Nobre. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO PADRE NOBRE — Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmos. Srs. Ministros de Estado, Exmo. Sr. Ministro da Marinha de Portugal, Almirante

Manuel Pereira Crespo, Exmo. Sr. Embaixador de Portugal, José Manuel Fragoso, Exmo. Sr. General Dióscoro do Vale, Comandante da 11.^a Região Militar, Exmas. Autoridades, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Portugal é o afetuoso sonho da origem brasileira, na qual se espelha serena a sua eterna juventude.

Povos de duas margens do Atlântico, nem assim um só dia estivemos separados, desde há quase quinhentos anos, quando o Brasil surgiu como prolongamento de Portugal.

A comunidade estabeleceu-se, espalçou-se e aprofundou raízes. Por certo tempo, permaneceu fora dos textos legais, para retornar agora, com a Lei n.º 5.270, traduzindo em normas, com data assinada para festejá-la, a Comunidade que sempre existiu, íntegra, intocada, alteando-se e expandindo-se, ininterruptamente.

E assim havia de ser, pois, telúricamente fundida, uma única é a alma de lusos e brasileiros.

Nascido o projeto da inspiração do nobre Senador Vasconcelos Tôrres, mereceu aprovação unânime em todas as Comissões nas quais tramitou na Câmara Alta.

Nesta Casa o fato se repetiu, enfatizando seu Relator na Comissão de Relações Exteriores, o Deputado Raul Góes:

"Comunidade Luso-Brasileira não é mera expressão convencionada, de simples efeito retórico. É uma realidade que mergulha em mais de quatro séculos de nossa existência histórica. Decorre do fato de constituirmos um conjunto sócio-cultural que se caracteriza por tradições, tendências e desígnios comuns a Portugal e aos grupos de descendentes e continuadores integrados em ambientes tropicais."

Perante a Comissão de Educação e Cultura ocorreu desfecho inexplicável com o destino de emenda oferecida pelo Relator e aprovada por aquele órgão técnico, o que deploro, ainda hoje, sentidamente. Intentando substituir a denominação proposta por "Comunidade Lusíada", o autor, o eminente Deputado guanabarinó Eurípedes Cardoso de Menezes, revelando extrema sensibilidade, justificava sua proposição:

"Quer-me parecer que a expressão "Comunidade Luso-Brasilei-

ra" de certo modo lembra divisão, sugere que **somos duas frações diferentes** de um grande todo, quando na realidade **somos uma só família**, acidental e, talvez, temporariamente, dois governos. Mais haveria de condizer com a realidade e melhor traduziria os mais profundos anseios de unificação dos dois grupos nacionais, Portugal com suas Províncias Ultramarinas, o Brasil com seus territórios atlânticos, a expressão que tantos já preferem usar: **Comunidade Lusíada.**"

Apenas com esse fato a lamentar, na manhã de 22 de abril de 1967 foi a lei sancionada em Brasília, no Salão de Credenciais do Palácio do Planalto, pelo Presidente Costa e Silva. Em Lisboa, na manhã do mesmo dia, o Presidente Américo Tomaz, no Salão Azul do Palácio de Belém, assinou a lei votada por unanimidade pela Assembleia Nacional, instituidora do Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

Sobre ela, Srs. Parlamentares, diria no discurso da Guanabara o Professor Marcello Caetano, dirigindo-se ao Governador:

"... comunidade que Vossa Excelência quer mesmo ver evoluir para uma aliança supranacional a traduzir um ideal de integração."

Como constata Vossas Excelências, as sugestivas palavras do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal encerram todo um programa, capaz de tornar ainda mais íntimos os vínculos que nos aliam.

Nossa ungida devoção à Terra de Anchieta e Nóbrega, num culto à Mãe-Pátria, não nos permite ir além, sem antes nos determos face a esse esplêndido elo que tão gratamente nos enlaça ao Povo irmão: Marcello José das Neves Caetano.

Nascido em 1906, o erudito jurista, que vem magnificando, à frente do Governo Português, a atividade política, doutourou-se aos 25 anos com a tese: "A Depreciação da Moeda depois da Guerra".

Um biênio após, era catedrático de Direito Administrativo da Universidade Clássica de Lisboa, onde chegou a ser Reitor.

Sempre mergulhado nos estudos, num estímulo aos moços à sua volta, posteriormente veio a lecionar simultaneamente: Direito Constitucional,

Direito e Administração Ultramarina, Direito Penal, História do Direito Português, Direito Comparado e Economia Política.

E todo esse intenso e extenso trabalho intelectual acumulou com atividades políticas, chegando a ser, por três vezes, no Governo de Salazar, Ministro das Colônias, Ministro da Presidência e Ministro da Educação.

E levado a Presidente do Conselho, em 27 de setembro de 1968, iniciou um Governo rente ao Povo, reedificando Portugal, e exibindo agora, em tão exiguo tempo, saldo positivo de realizações.

Como dado evidenciador de sua obra, no setor educacional, ocorrem o testemunho de eminente figura mineira, que, viajando durante mais de seis meses pelo interior da República Portuguesa, no território europeu, curioso, indagativo, anotador, recolheu dados impressionantes do confronto com outros países vizinhos: garotos de 10 e menos anos, ouvidos propositadamente, revelaram cultura inusitada para a idade, principalmente conhecimentos gerais sobre nosso País. E nenhum único analfabeto foi encontrado.

Nós próprios verificamos, quando em visita ao País fraterno, a excelência da Universidade de Lisboa, que nos impressionou indelévelmente. E surpreendeu-nos, eminentes Parlamentares, o espírito universitário implantado em Angola e Moçambique. Sem reboços o proclamamos: o academicismo plantado na África pelos irmãos lusos faz mais portugueses os africanos.

Onde residirá o segredo? Na criação portuguesa do multirracismo, ou na pregação secular de nosso tão conhecido e tão grato Luso-Cristianismo?

Espero concordem Vossas Excelências com o orador que lhes fala: embora haja rimado o último período, não há aqui poesia alguma. A poesia das palavras desaparece no imenso da poesia sentimental. Amalgamados, o multirracismo e o Cristianismo lusitanos vêm dando frutos e propiciando proveitosas lições a outros povos que empregaram métodos diversos.

Disse-o deliciosamente Marcello Caetano: "As raças puras são um

mito alimentado para delírios políticos."

As províncias de Angola, de Moçambique, da Guiné, de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Macau e de Timor, na África, Ásia e Oceania, conservando a língua aprendida dos lusos, e a religião, e os costumes, e as tradições, e os ideais que lhes levaram as caravelas lusitanas no ciclo épico dos descobrimentos, fornecem, inescandivelmente, soberbo padrão de portugalidade.

O pavilhão verde e vermelho que tremula nos territórios ultramarinos, sobre garantir a unidade nacional na perpetuação da raça, significa a vitória de uma política de acertos, que há projetado, bem alto, a grandeza lusa.

Mas regressemos, meus atentos e pacientes ouvintes, a Marcello Caetano.

Encontra-se o eminente e culto estadista, com as experiências carreadas para o Governo, imprimindo à República Portuguesa reformas com continuísmo. Não dá para entender? Então concedamos a palavra ao próprio Presidente do Conselho. Disse Sua Excelência:

"A fidelidade à doutrina ensinada por Salazar não deve confundir-se com o apêgo obstinado a fórmulas ou soluções que êle algum dia haja adotado. O grande perigo para os discípulos é sempre o de se limitarem a repetir o mestre, esquecendo-se de que um pensamento tem de estar vivo para ser fecundo.

Quem governa tem constantemente de avaliar, de optar e de decidir. A constância das grandes linhas da política portuguesa e das normas constitucionais do Estado não impedirá, pois, o Governo de proceder, sempre que seja oportuno, às reformas necessárias.

Os impacientes acham sempre que se vai devagar e se faz pouco. ... Nós não podemos correr o risco de um abalo social que nos lance na guerra civil, interrompa o desenvolvimento econômico, abale o crédito interno e externo, paralise a produção e reduza o país à miséria — embora com a promessa de vir a ser reedificada sobre as ruínas acumuladas uma

sociedade perfeitíssima que os revolucionários afinal não poriam de pé, porque a perfeição não é deste mundo."

Em sua breve e saudosa visita ao Brasil, de 8 a 12 de julho do ano passado, Marcello Caetano plantou marcos inamovíveis e inruíveis com suas falas pregando a extensibilidade e o aprofundamento da Comunidade Lusíada. Afirmou no Palácio do Itamarati, em Brasília:

"A Comunidade será tanto mais rica quanto mais se afirmarem os valores morais, culturais e econômicos de Portugal e do Brasil. Tudo o que exaltar e engrandecer o Brasil, exalta e engrandece Portugal."

Em São Paulo, no Palácio Mauá:

"É incontestável que a Comunidade Luso-Brasileira existe. Existiria mesmo sem textos.

Comunidade quer dizer existência ou fruição em comum. Ora, nós temos de comum tradições, língua, ideais e interesses comuns basilares. Juntos somos uma força nos cinco continentes, juntos somos a garantia da segurança no Atlântico Sul, juntos seremos uma cultura que se expande ao redor do globo.

Entre nossos objetivos não podem deixar de figurar os referentes à economia. As nações, como os homens, não vivem só para os interesses materiais, mas não podem ignorar a importância que eles revestem na vida.

A Comunidade é um sentimento. A Comunidade é um propósito. A Comunidade é uma política. Pois bem: depende da vontade dos Brasileiros e dos Portugueses, depende da nossa energia realizadora, depende da nossa ação eficaz, depende, Senhores, de nós todos, que a Comunidade Luso-Brasileira seja no Mundo uma grande, um pujante, uma imponente realidade viva e fecunda!"

Na verdade, Excelências, nós não somos dois povos, e sim um profundo e inabalável condomínio espiritual de duas nações.

No discurso proferido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, à investidura no grau de Doutor Honoris

Causa, revelou, com modéstia desvanecedora para nós, brasileiros:

"Não me canso de lembrar que Portugal deve ter sido o único Estado do Mundo a reger-se durante quase um século por uma Carta Constitucional outorgada na capital de um antigo domínio ultramarino, já independente. A nossa Carta de 1926 foi, na verdade, concebida e redigida no Rio de Janeiro pelo vosso Imperador D. Pedro I, no breve espaço de oito dias, em que no trono imperial cingiu também a coroa real portuguesa."

E, arrematando:

"Entre Brasil e Portugal existe uma comunhão de afetos, nascida da origem comum, da língua comum, dessa constante presença do elemento português na grande maioria das famílias brasileiras, dessa saudade entranhada nas famílias portuguesas pelos parentes que estão no Brasil.

Num mundo que anseia pela paz, por uma paz com raízes no entendimento entre os homens, nós estamos em posição privilegiada. Fomos feitos para nos entendermos. Nada de profundo e de consistente nos separa. Tudo nos chama à colaboração e à amizade. A grande tarefa da inteligência é compreender. E, através da compreensão, unir. Os intelectuais de ambos os países devem por isso ser os sacerdotes da religião de nossa amizade. Por mim, espero não, ser nunca infiel a êsse dever."

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares: A convocação para essa cruzada abrange a todos nós, que, sincera e cristãmente, a ela não podemos faltar com o concurso pessoal de nossa efetiva e decisiva participação.

Como que puxando por nossos brios, em sua fala última em terras brasileiras, no Salão da Real Sociedade do Clube Ginástico Português, no Rio de Janeiro, Marcello Caetano lembrou:

"Somos hoje uma Comunidade com o segundo lugar no Mundo quanto à extensão territorial, com mais de 100 milhões de homens que falam a mesma língua, com riquezas vastíssimas a explorar em benefício de toda a Humanidade e com a consciência clara de uma missão a cumprir."

Em suas despedidas, com leve traço de amargor, mas ao mesmo tempo insinuando apelo aos legisladores patrióticos — que, confio, não deixarão de atendê-lo —, disse o Presidente do Conselho de Ministros:

“É freqüente ouvirmos lamentar, tanto no Brasil como em Portugal, que tenha havido em volta da Comunidade Luso-Brasileira e das relações entre os dois povos **mais afirmações de princípios do que realizações práticas**. Compreende-se essas palavras de insatisfação e de impaciência.”

Nosso pronunciamento, alongado além do que esperávamos, resultaria algo proveitoso, se os eminentes colegas das duas Casas do Congresso nos ajudassem a converter em medidas concretas as sugestões que passamos a oferecer.

Inicialmente, proposições imediatas transubstanciando em lei, pelo menos, três itens do comunicado conjunto da visita do Ministro Marcello Caetano:

- I — o estabelecimento de portos francos nos territórios do Brasil e de Portugal, objetivando incentivar a exportação dos respectivos produtos nacionais;
- II — estimular na iniciativa privada a criação de sociedades ou empresas mistas, com capitais brasileiros e portugueses, com vistas ao planejado Centro Empresarial Luso-Brasileiro;
- III — celebração, no mais curto prazo, do convênio para prevenir a bitributação dos produtos de ambos os países.

Em seguida, que Senado e Câmara reservassem, em cada orçamento, substancial verba — maior sempre no ano subsequente — para a compra de livros editados em Portugal, compendiando ensinamentos, técnicas e mensagens, e, especialmente, para a aquisição de todas as suas obras sobre Educação e concernentes a Direito.

E para provocar o interesse geral relativamente a esses livros, promoção de concursos e estímulo para defesa de teses atinentes aos conhecimentos lusos no setor.

Releva assinalar, a propósito, o caminho aberto na Constituição do Brasil, quando, elevando a matéria à con-

dição de preceito constitucional, inseriu em seu art. 199:

“... as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros.”

Do porte desta, outras conquistas virão, atendendo os autores do Direito Brasileiro aos anseios da Comunidade Lusíada.

Finalmente, cumpre-nos ressaltar a insistência com que, em letras maiúsculas, Marcello Caetano grava as palavras Comunidade Luso-Brasileira, que é sintomática e se não deve perder de nossa atenção. Vale uma definição de princípios. Vale uma permanência de atitudes. Vale, também, uma eternização de sentimentos.

Nós a celebramos hoje, solenemente, aqui, na Casa maior do povo brasileiro. Há que ser fixado o propósito de a vivermos em cada instante de nosso sentimento.

Portugal e Brasil são Nações distintas no conceito da política internacional, é verdade. Mas verdade também é que, pelas razões de origem, de tradições e de sentimentos, Brasil e Portugal são uma só raça, um só povo, uma só alma, um só coração. Portugal é a casa dos brasileiros na velha Europa. Brasil é a moradia dos portugueses na juventude da América. Lá, o jardim das nossas melhores saudades. Cá, o imenso parque onde brincam recordações dos portugueses. Lá costumamos buscar o delicioso sabor de nossa origem. Aqui os portugueses vêm sorrir sobre o orgulho melhor de sua raça. Lá, a terra mãe, que, há mais de quatro séculos, se debruça sobre a janela do Atlântico a contemplar feliz o filho que cresce e se impõe ao Mundo na eloquente afirmação de sua grandeza.

É este Brasil, Excelência, que, fiel a seus melhores sentimentos, em dia que não vem longe, gritará:

Eu sou o Brasil. Um grande Brasil. Sou filho de Portugal! (Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Cleofas) — Com a palavra o nobre Senador José Ermírio. (Palmas.)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRO — Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Presidente da

Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Ministro da Marinha de Portugal, Almirante Manoel Pereira Crespo, Exmo. Sr. Embaixador de Portugal, José Manoel Fragoso, Srs. Ministros de Estado, Srs. Presidentes de Tribunais, Senhores representantes das autoridades civis e militares, Srs. Congressistas.

Recebi com imensa honra e prazer a incumbência de falar nesta tarde, na presença de tão altas autoridades, sobre o Dia da Comunidade Luso-Brasileira, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, pelo Senado Federal.

O dia desta comemoração coincide com a do Descobrimento do Brasil, quando, em verdade, iniciaram-se as profundas afinidades que ligam as comunidades lusa e brasileira. Poderíamos, mesmo, dizer que as relações começaram com a carta de Pero Vaz de Caminha, que se constitui num documento fundamental na história de nossas identidades com Portugal. E, 467 anos após, uma lei muito feliz, a de número 5.270, firmada em 22 de abril de 1967, veio consubstanciar e transformar em instrumento legal, marcando-se esta histórica data para se festejar os laços fraternais existentes. Coube ao Senador Vasconcelos Torres a iniciativa da lei, através do Senado, e ao saudoso Presidente Arthur da Costa e Silva, a felicidade de assiná-la, quando então proferiu estas palavras tão significativas:

“O povo brasileiro não esqueceu nunca e não esquecerá jamais a portentosa herança física e espiritual que deve ao povo português. Ele tem sido e continuará a ser digno desse tesouro magnífico de tradições, que vão dos hábitos interiores e profundos da vida moral, da linguagem, do pensamento e da fé religiosa aos hábitos exteriores da vida quotidiana. Tudo isso compôs duas sensibilidades irmãs e, nelas, uma só forma de ser, e dessa composição nasceu uma coincidência intelectual, moral e política — que é a nossa Comunidade Luso-Brasileira.”

Do outro lado do mesmo oceano, neste mesmo dia, nesta mesma hora, na mesma língua, o mesmo ato se celebra.

Sou feliz, Senhor Embaixador, por ser o seu signatário, em nome do Governo e do Povo do Brasil."

E, na mensagem que o Chefe do Estado de Portugal enviou à Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, por ocasião da abertura da X Legislatura, em 1969, retiramos pequeno trecho em que fala da nossa comunidade:

"Continuamos a trabalhar na concretização progressiva da Comunidade Luso-Brasileira que a História, as afinidades de génio e de cultura, as perspectivas do futuro cada vez mais se impõem."

E, no discurso do Embaixador Franco Nogueira, saudando o Presidente da República em nome da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, reunidas em sessão conjunta, afirmou:

"Menção separada, todavia, será de dedicar ao Brasil e estou certo de que exprimo os sentimentos unânimes das duas Câmaras se afirmar o desejo de que continue a expandir-se a Comunidade Luso-Brasileira, e nesse particular permito-me dar aqui testemunho pessoal do altíssimo serviço que o Senhor Presidente do Conselho prestou àquele ideal e ao País com a sua visita há poucos meses."

São muito fortes os elos que prendem brasileiros e portugueses dentro desta comunidade. As relações entre Portugal e o Brasil projetam-se de tal modo na vida dos dois países que é raro o dia em que a Imprensa de um e outro lado do Atlântico deixa de fazer-lhes referências. O jornal *O Século*, de Lisboa, por exemplo, em 17 de agosto de 1965, dizia que:

"Em todos os aspectos Portugal oferece ao Brasil uma fraternidade incomparável. As posições portuguesas são posições brasileiras espalhadas pelo Mundo; e, no plano económico, no plano de defesa, no plano humano e cultural, a sua manutenção como portuguesas não pode ser indiferente ao Brasil, porque, sendo portuguesas, serão sempre brasileiras, e, deixando de ser portuguesas, nunca passariam, mesmo indireta ou remotamente, a ser brasileiras, porque logo seriam presa de outros."

Nada menos de 120 milhões de pessoas participam desta comunidade luso-brasileira. E, para aquilatar a sua grandeza no **Hemisfério Ocidental**, basta compará-la com a alemã, de igual número, a francesa com 77 milhões, a italiana com 59, sendo somente menor do que a inglesa, com 320 milhões, e a espanhola, com 183. Nossa comunidade encontra-se distribuída em todos os continentes da Terra, trabalhando de forma ativa e patriótica.

A escolha da data do Descobrimento do Brasil, para comemorá-la, foi, pois, acertada e profundamente significativa. Aliás, julgamos que, ao se escolher as datas comemorativas dos grandes eventos, devem realmente os povos optar pelas que lhes têm significação própria, pois o que interessa à nossa nem sempre pode constituir motivo de interesse à outra, como é lógico. Assim fizeram os Estados Unidos ao estabelecerem o seu Dia de Ação de Graças, assim fazem outras nações que valorizam suas tradições e história. No Brasil, propusemos, há tempos, no Senado, que também este dia, muito importante nas relações entre portugueses e brasileiros, fosse comemorado com data nacional 26 de abril, por representar o instante em que Portugal e Brasil se uniram no divino ato da primeira missa em plagas brasileiras, celebrada por Frei Henrique de Coimbra, superior dos missionários franciscanos e confessor do rei. Naquele momento, de intensa significação histórica, os portugueses, em nome da fé e da religião, se uniam aos brasileiros para sempre. A cerimônia se passou na ilha da Coroa Vermelha. Nossa proposição, por sua vez, está na Câmara, há tempos.

A nossa história, no longo destes anos, tem mostrado o valor da presença dos portugueses no Brasil. Numerosos vultos de expressivo valor vieram para o solo brasileiro para instruir, educar e ensinar os valores da fé. E ninguém se esquece do grande trabalho desenvolvido pelos primeiros jesuítas, como Manuel da Nóbrega, um apóstolo na catequese. Manuel da Nóbrega foi o chefe da primeira missão, vindo na armada de Tomé de Sousa. Aqui, gasta o seu talento e a vida, empreendendo viagens perigosas, atravessando vastas e apertadas regiões, mostrando-se sempre verda-

deiro defensor das tradições e costumes lusos e lídimo batalhador da Igreja. Nóbrega era ilustre transmontano, glorioso sanfinense, inclito português que, não satisfeito de ilustrar a Metrópole com sua luz brilhante, buscou a Terra de Santa Cruz, para derramá-la na imensidão e cativar o coração do inculto nativo. Tivemos a honra de fazer parte da comissão incumbida de erigir o monumento a Manuel da Nóbrega e que se acha construído na Praça Clóvis Bevilacqua, bem em frente ao Tribunal de Justiça de São Paulo, local cedido pelo inesquecível prefeito Francisco Prestes Maia. Monumento simples, porém uma homenagem expressiva pelo muito que fez ao Brasil o grande missionário. Chegou ele à Bahia a 29 de março de 1549, trazendo às costas uma grande cruz, que planta em terra firme. Celebra, então, na presença do Governador e das autoridades portuguesas, a primeira missa rezada pelos jesuítas, no nosso País. Nascido em Sanfins do Douro, em 18 de outubro de 1517, faleceu no Rio de Janeiro a 18 de outubro de 1570, portanto, exatamente no dia em que completava 53 anos de idade.

Chegou a São Vicente em meados de 1553. Sobe ao planalto de Piratininga, percorre estes campos à procura de um local onde fundar a Casa e a Escola dos Jesuítas. E, neste lugar, no dia 29 de agosto de 1553, reza missa e faz cinquenta catecúmenos. A escolha recaiu em Inhapuambuçu, hoje chamado Pátio do Colégio. Fundou também o Colégio a que deu o nome do Padroeiro São Paulo. Por isto, é considerado o fundador da cidade de São Paulo.

Foi o criador do ensino oficial do Brasil e dos trabalhos da catequese dos nossos indígenas, tendo, ainda, lançado os alicerces das unidades geográfica, histórica, religiosa, administrativa, política e social, quando funda os colégios de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia.

Esta comunidade, conforme registram os episódios históricos, está pois, regada pelo suor dos heróis, que deram, na luta árdua, tudo o que a vida lhes oferecia. A certidão de nascimento destas relações, consoante dissemos, foi lavrada no cartório do tabelião Pedro Álvares Cabral. E, na sequência histórica, não podemos es-

quecer o importante papel do bandeirismo na conquista do território gigante, êrmo, silencioso, misterioso. Na formação do Brasil ninguém foi maior do que Antônio Raposo Tavares, êste formidável campeão e que os brasileiros consideram, unânimemente, o maior legado de Portugal ao Brasil, juntamente com a herança de uma mesma língua e a indiscriminação racial, com raízes cristãs. Tive o prazer e a honra de participar das solenidades de inauguração de sua estátua na cidade portuguesa de Beja, no dia 15 de agosto de 1966, que contaram com as ilustres presenças do Presidente da República de Portugal, Suas Excelências o Ministro das Relações Exteriores daquele país, o Embaixador do Brasil, o Presidente da Câmara Municipal de Beja, Vereadores, o Governador Civil do Distrito e outras autoridades civis e eclesiásticas. Foi um fato emocionante, ainda mais pela carinhosa recepção que foi tributada à nossa comissão pela gente operosa e simpática daquela região, que vinham enfileirada nas máquinas agrícolas, numa extensão de muitos quilômetros, desde a cidade de Ferreira do Alentejo até Beja. As festividades duraram nada menos de 3 dias, num entusiasmo contagiante, mostrando uma imensa afeição pelo Brasil. Coube-me a felicidade de participar da iniciativa de erigir a estátua, juntamente com os companheiros da diretoria e do conselho deliberativo da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, de São Paulo, entre os quais o Comendador Abílio Brenha de Fontoura, diretores da Casa de Portugal e membros da comunidade luso-brasileira de São Paulo. Recebemos todo o apoio das autoridades portuguesas, fazendo-se possível concretizar a obra. Raposo Tavares nasceu em Beja, provavelmente em 1600, chegando em 1618 ao Brasil, na companhia do pai. Integra-se no movimento das bandeiras, que eram os grupos de homens arrojados, valentes, que devassaram, povoaram e civilizaram o Brasil durante os séculos de 1500 a 1700. Entre as suas realizações, citamos três viagens importantíssimas para o nosso País. A primeira, a que rumou até Guayra, quando foram expulsos os espanhóis, que estavam no nosso território. A segunda, no Nordeste, ajudando na expulsão do invasor ho-

landês. A terceira — a mais importante — quando, embrenhando através da extensa área de São Paulo e Mato Grosso, expulsou os intrusos dessa região, subiu os Andes em direção das Minas de Potosí, através da Bolívia e do Peru. De lá desceu até encontrar um grande rio, que era o Madeira, o qual, por sua vez, encontrava um imenso curso d'água — o Amazonas — e terminava a sua foz no Atlântico. Daí, regressou finalmente a sua propriedade em Barueri, São Paulo, depois de quatro anos e meio de viagem, não sendo reconhecido pelos seus familiares, tal o estado de desgaste que sofreu nesse período. O Brasil, portanto, muito deve a Raposo Tavares.

No Brasil, encontra-se o maior número de portugueses fora do seu país. Estão aqui mais de 2 milhões deles, cerca de 500 mil nos Estados Unidos, de 120 mil na França, 45 mil na Argentina, e em muitos outros países. Eles vieram como irmãos, e não só no Ocidente, como também no Oriente, foi muito grande a sua influência, como é sabido.

A ânsia de devassar fronteiras fê-lo hábeis na arte da navegação, conquistando novos lugares, onde se estabeleceram e fizeram progredir.

PORTUGAL: O PAÍS

Todos estamos acostumados a ver a pátria-mãe, pequenina no mapa, de tal forma que não conseguimos compreender como se fizera presente em todo o mundo. Portugal é um país de 92.076 km², ocupando aproximadamente um sexto da Península Ibérica, com extensas planícies que se alongam desde o Rio Tejo até o Cabo de São Vicente. De clima temperado, do tipo mediterrâneo, tem uma população de cerca de 9,5 milhões de pessoas, sendo um dos povos mais homogêneos da Europa. Sua história remonta ao século II A. C., quando uma tribo lusitana desafiou firmemente os romanos. Surgiu como nação em 1095, quando Afonso VI de Castela deu terras a Henrique de Borgonha, por seu auxílio na luta contra os árabes. Afonso Henriques, seu filho, assumiu o poder em 1123, lutou contra os mouros e castelhanos e saiu vitorioso em 1139, tendo-se tornado independente em 1140, quando realmente começou como nação. Teve épocas de esplendor e decadência, mas o espírito lusi-

tano a tudo resistiu. No que toca ao sistema de governo e político, é um Estado corporativo, cujo Parlamento consiste numa Câmara Corporativa e uma Assembleia Nacional, eleita por voto direto. Tem uma marinha mercante de 331 navios de mais de 100 t, num total de 748.808 t, sendo os seus portos mais movimentados os de Lisboa, Porto e Leixões. Há 3.597 km de estradas de ferro e 29.409 km de estradas de rodagem. A renda *per capita* que era de 378 dólares, em 1966, deverá atingir a 550, êste ano. A saúde, bem planejada pelo Governo, receberá no orçamento-geral para 1970 cerca de 9% ou seja, 454 milhões de escudos. Um pouco mais terá a educação, num montante de 473 milhões de escudos, sendo o orçamento-geral totalizado em 4,2 bilhões de escudos. A instrução é obrigatória desde 1911, com um índice de alfabetização calculado em mais de 80%, sendo o ensino primário obrigatório e gratuito até os 14 anos. Quase a totalidade da população professa a religião católica. O país está dividido em 11 províncias na Metrópole. Suas províncias ultramarinas e ilhas estão em quatro continentes, pois vejamos:

Africa: Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa, ilhas de São Tomé e Príncipe.

Ásia: Macau.

Europa: ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores.

Ocêania: Timor, parte de uma das ilhas do Arquipélago de Sonda.

O País possui quatro universidades na Metrópole além da Católica, que está em formação, e que são:

A Universidade de Coimbra, tão famosa;

A Universidade Clássica de Lisboa;

A Universidade Técnica de Lisboa; e

A Universidade do Porto.

Além destas, existem as situadas em Angola e Moçambique e grande número de escolas de altos estudos, como a Escola Naval, a Escola Náutica, Escola de Aeronáutica, Academia Militar, e muitas outras. Nas universidades são ensinados todos os ramos universitários, tendo atingido alto grau na matemática, na química, na físico-química, na biologia, na geofísica, no direito, na engenharia mecânica, civil,

eletrotécnica, industrial, além da medicina, minas etc. A Universidade de Coimbra, pela sua importância histórica, merece especial destaque, pois são muito conhecidas a faculdade de letras, ciências, direito, medicina e escola de farmácia. Quanto à parte tecnológica, o Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa é um dos melhores do continente europeu, e está equipado com computadores eletrônicos e executando trabalho para muitos países. Outro departamento do mais alto gabarito é a Junta de Energia Nuclear, que já fez levantamento de todos os depósitos de urânio de Portugal. Os imensos laboratórios da Junta, com os seus reatores e demais equipamentos, estão instalados em Sacavém, Lisboa, e merecem ser visitados por todos que vão a Portugal.

As principais cidades portuguesas são: Lisboa, com 825.800 habitantes, Porto, com 321.900, Coimbra, com 48.000, e Setúbal, com 46 mil.

Portugal tem no turismo grande fonte de receita. Em 1968, nada menos de 2.241.683 turistas demandaram a terra portuguesa, propiciando uma receita de cerca de 260 milhões de dólares. E, de acordo com os dados colhidos em informações internacionais de turismo, Portugal ocupa o quarto lugar na construção de hotéis, a par da Inglaterra, com 55 déles. Em primeiro, está a Espanha, com 615 novas unidades, a França, com 184, e o Japão, com 150.

Em Portugal estão sediados 5 dos 500 maiores bancos do mundo, segundo consta do diário *The American Banker*, de 31 de julho de 1969. São eles: o Banco Português do Atlântico, o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Borges & Irmão, o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o Banco Nacional Ultramarino. Este é um índice muito expressivo, principalmente se levarmos em conta que o Brasil figura com apenas 2: o do Brasil e o do Estado de São Paulo. Por outro lado, indicando elevado grau de solvabilidade externa do mercado, está o Banco de Portugal, com uma disponibilidade líquida em ouro e divisas de 39 bilhões e 757 milhões de escudos.

No que toca à energia elétrica, sabemos que Portugal tinha, em 1967, uma produção de 5.937.905.000 kwh, cabendo 94,9% à energia hidráulica e

4,6% à térmica. A potência dos geradores instalados, nesse mesmo ano, era de 1.781.474 kVA para as centrais hidráulicas e de 442.506 kVA, para as térmicas. Por outra parte, merece especial destaque um empreendimento de excepcional importância e invulgares proporções, nesse setor, que é a hidrelétrica de Cabora-Bassa, que deverá estar concluída em fins de 1973, entrando em exploração logo no início de 1974 a primeira central hidrelétrica. Esta hidrelétrica deverá ser a maior de toda a África, muito maior do que a de Assuã, no Egito, constituindo-se numa das três maiores do mundo. Situada no rio Zambeze, em Moçambique, a energia será absorvida não apenas por este lugar, mas, também, pelos países vizinhos, como a África do Sul, a Rodésia, Zâmbia e o Malawi. A linha de transporte para a África do Sul será de 1.400 quilômetros de comprimento.

ACÓRDOS LUSO-BRASILEIROS

Como consequência das múltiplas afinidades entre brasileiros e portugueses, as duas nações têm entre si acordos da mais alta valia nas suas relações, os mais recentes firmados em Lisboa, no dia 7 de setembro de 1966, quando da assinatura da "Declaração sobre Cooperação Econômica entre Portugal e o Brasil", que se destina "a intensificação das relações econômicas, financeiras e comerciais entre os dois países, com o objetivo final de uma maior e melhor complementação de suas economias". Nesta declaração os dois governos se comprometeram a conceder, de acordo com a legislação em vigor em ambos, facilidades necessárias à instalação nos respectivos territórios de empresas industriais de capital português ou brasileiro, ou associados, e ainda acordaram em assegurar a exploração de tais empresas e aos seus produtos o mesmo tratamento dispensado às indústrias de ambos e aos produtos destas. Ficou também combinada a "incentivação à criação de consórcios ou outras formas de associação de empresas portuguesas e brasileiras para explorar as riquezas minerais dos territórios de ambos os países, em benefício da economia dos mesmos e em consonância com a legislação em vigor". Entre os acordos firmados naquele ato, temos o de Comércio, destinado a "empres-

tar maior dinamismo às relações econômicas entre os dois países e de aproveitar ao máximo a complementariedade atual e potencial de suas economias"; o **Acordo Básico de Cooperação Técnica**, a fim de "consolidar e aprofundar as tradicionais relações de amizade existentes entre os dois países, considerando de interesse comum promover e estimular o progresso técnico-científico e o desenvolvimento econômico e social de ambos"; e o **Acordo Cultural**, cancelando o de cooperação intelectual de 6 de dezembro de 1948, por já não "corresponder ao crescente desenvolvimento das relações de ordem espiritual entre os dois países" e firmam-no "reconhecendo as reais vantagens que podem advir de uma aproximação maior entre os dois povos nos domínios da educação, das letras, ciências, artes, técnicas e desporto, interessados na integração cada vez maior dos povos de língua portuguesa e na preservação e progresso da cultura luso-brasileira". Juntamente com o acordo de comércio firmou-se um outro por troca de notas sobre navegação, em que "o transporte marítimo das mercadorias a serem transacionadas entre os dois países será reservado em caráter preferencial a navios de bandeira brasileira e portuguesa em partes iguais". Existe, ainda, em vigor, o acordo firmado no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1965, de cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos, com a finalidade de estabelecer estreita cooperação nesse campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais significativo do que a perfeita integração de pensamentos e aspirações entre estes dois povos irmãos. É uma compreensão fraternal que os séculos não derrubaram. Somos, pois, infinitamente gratos pela oportunidade de falar nesta hora, na presença das mais altas autoridades da República Brasileira, de altas personalidades da República Portuguesa e membros da Comunidade Luso-Brasileira.

Com grande orgulho temos presenciado o fato de que os filhos de portugueses que vêm ao nosso País são sempre bons brasileiros. Este, um exemplo digno de ser seguido por todos os de outras nacionalidades, que também vivem e trabalham aqui. Te-

nho tido a satisfação de conviver com a comunidade portuguesa há dezenas de anos, principalmente as de São Paulo, Guanabara e Pernambuco, onde foram montados hospitais dos melhores do País, seguindo a técnica mais moderna e dentro do mais recente desenvolvimento científico, como o de cardiologia.

Por tôdas estas razões, pedimos ao Criador, com justa alegria, que oriente esta comunidade a fim de continuarmos a nossa meta de amizade, companheirismo e identidade que unem as famílias brasileira e portuguesa. E é verdadeiramente emocionado que termino esta oração, buscando nos exemplos do passado, nas fontes desse convívio benfazejo, nos testemunhos tão dignificantes, o manancial de nossa convivência perene nos escaninhos do porvir. **(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)**

O SR. PRESIDENTE (Senador João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Deputado Nunes Leal. **(Palmas.)**

O SR. DEPUTADO NUNES LEAL — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ministro da Marinha de Portugal, Almirante Manuel Pereira Crespo, Srs. Ministros de Estado, Sr. Embaixador de Portugal, José Manuel Fragoso, autoridades presentes, Srs. Congressistas, Senhoras e Senhores.

Há três anos passados, nesta data de hoje, participamos no Palácio do Planalto da solenidade pública de sanção da Lei n.º 5.270, oriunda de projeto do nobre Senador Vasconcelos Tôres, instituindo o Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

O saudoso Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva dedicou àquela cerimônia estas belas palavras:

“O ato de governo que acabo de praticar, de sanção da lei consagrada ao dia 22 de abril como Dia da Comunidade Luso-Brasileira, inscreve-se entre os atos a que corresponde verdadeiramente um estado de espírito.

Esse estado de espírito já criara, ao longo dos séculos, um conjunto de condições históricas, espirituais e sentimentais que se antecipou, na sensibilidade portuguesa e na sensibilidade brasileira, a

esse instante e a esse ato de governo.

Em verdade, seria exato dizer que o Presidente da República não sancionou uma lei, mas apenas um ato declaratório. Por ele o governo reconhece a existência de afortunada circunstância histórica, graças à qual um vínculo inquebrantável veio ligar dois povos indissolúvelmente.”

Em solenidade correspondente, realizada em Lisboa, o ilustre Presidente Almirante Américo Thomaz também acentuou o significado histórico do ato:

“Os povos, como os indivíduos, têm a tendência para congregarem em torno de símbolos os ideais a que se apegam e os sentimentos que os animam, e uns e outros desempenham funções importantes na vida coletiva. Compete então ao legislador dar expressão legal e transportar em instituição esses anseios vindos da alma dos povos. E essas novas instituições, dotadas de vida autônoma e lançadas na atividade para que foram criadas, contribuem elas próprias para consolidar, afervorar e difundir aqueles mesmos ideais que foram sua origem e sua justificação — assim procederam legisladores brasileiros e portugueses.”

Três anos são passados, férteis de acontecimentos na vida interna de cada uma das duas nações irmãs. Progresso material, avanço tecnológico, novas gerações buscando rumos novos, mudanças políticas, decisões e vacilações, toda essa inquietação dos nossos dias veio marcando o rumo de ambos os países na busca do desenvolvimento e da felicidade de seus povos. E continuam indestrutíveis, com uma permanência que já se conta por séculos, a amizade, a compreensão e o espírito de fraternidade entre o povo brasileiro e o povo português, acima de mudanças circunstanciais, pois que nascidos de um passado comum, estreitados no calor de um convívio jamais perturbado e preservado pela comunhão de ideais e de fé.

A comprovar essa identidade fundamental, aqui estamos em sessão solene do Senado e da Câmara, unidos acima das divergências partidárias, para comemorar o Dia da Comunidade Luso-Brasileira, expressando o

sentimento do povo, que aqui se representa pelo livre sufrágio universal.

A convicção profunda, mais sentida do que verbalizada, é que nos congrega nessa Comunidade, que não pode viver só do passado, com a pompa das solenidades, mas há de projetar a sua significação para o futuro. E não basta que o caminho da Comunidade seja largo e transitável: é preciso percorrê-lo em marcha contínua.

Cada dia, sob opostas perspectivas, é termo de chegada e ponto de partida, fruto do passado e germe do futuro. Cada paralisação que nos interrompa, cada oportunidade que se perca refletir-se-á no distanciamento da meta que almejamos.

Que nos ensina um balanço sumário e objetivo das realizações comuns nos últimos três anos? Que fizemos efetivamente para a maior integração entre Portugal e o Brasil no domínio da cultura e nos setores econômico, técnico e científico? Qual o significado real, em termos de projeção histórica, das diretivas de governo dos dois países?

Começemos pelo exame do Acórdão Cultural de 7 de setembro de 1966. Entre as providências que ele estimula estão previstas a matrícula de alunos de um país nas universidades do outro e a concessão de bolsas de estudo de pós-graduação para profissionais liberais, técnicos, cientistas, investigadores, pesquisadores e artistas. As universidades portuguesas já abrigam mais de mil acadêmicos brasileiros, com privilégios de curso gratuito e outras facilidades, enquanto que o Brasil só pôde atrair para as suas universidades uma dezena de estudantes portugueses.

Do mesmo modo, Portugal vem concedendo, há seis anos consecutivos, anualmente, 120 bolsas de pós-graduação a brasileiros, com passagens e salário mensal de cinco mil escudos, sem que tenha havido correspondência por parte do Brasil.

Outra disposição do Acórdão institui uma Comissão Mista para zelar pela sua aplicação, constituída de três representantes de cada país, com reuniões alternativas em Brasília e Lisboa. Reuniu-se pela primeira vez essa Comissão em julho de 1969 e, apesar de haver dado relêvo aos bons resultados desse entendimento, reco-

mendou uma próxima convocação somente para dois anos depois.

Com tantos e tão relevantes assuntos a tratar, muitos deles ainda no campo da intenção porque nunca discutidos concretamente, não é animador que aquele importante órgão, reunido quatro anos após a celebração do Acôrd, tenha estabelecido um novo biênio de interregno.

Parta de onde partir essa dificuldade de melhor entrosamento no setor cultural, terá que ser vencida, se quisermos dar efetividade ao Acôrd, firmado livre e espontaneamente, e de interesse incontestável tanto para o Brasil como para Portugal.

O Brasil avançou em determinados setores da técnica e da ciência, especialmente construção civil, construção rodoviária, instalações hidrelétricas, telecomunicações, e os conhecimentos adquiridos poderíamos levar a Portugal, numa proveitosa troca de informações e experiência. Nessa linha de aproximação já temos recorrido a Portugal, nos casos específicos de hidráulica marítima e do combate à devastadora ferrugem do café, especialidade em que adquiriu renome internacional o Engenheiro português Branquinho de Oliveira, que nos visitou recentemente. Cumpre ainda ressaltar, no crédito de ambos os países, que vem funcionando em bases razoáveis o Acôrd para Cooperação na Utilização de Energia Nuclear para Fins Pacíficos, firmado em junho de 1965.

Quanto à política de integração, no alto plano das diretrizes e medidas de governo, é bem significativo o caminho já percorrido. Nossa própria Câmara, por iniciativa do nobre Deputado Adolfo de Oliveira, já organizou uma Comissão Especial para estudar e propor medidas relacionadas com a Comunidade Luso-Brasileira.

Em outubro de 1969, o Ministro Jarbas Passarinho, então titular da Pasta do Trabalho, assinou em Lisboa, em nome do Governo brasileiro, o Acôrd de Seguridade Social, que estende a assistência previdenciária a portugueses e brasileiros, em ambos os países. O Ministério do Exterior deverá remetê-lo em breve ao Congresso Nacional para ratificação. E, no corrente ano, aquele titular, passando à Pasta da Educação, já expediu recomendações para comemoração do

Dia da Comunidade Luso-Brasileira nas escolas, dando cumprimento à Lei n.º 5.270, que prevê, para essas programações, uma comissão interministerial.

Quando a Câmara dos Deputados realizou uma cerimônia como a de hoje em 1967, o nobre Deputado Campos Vergal indagou por que razão, no mundo nôvo para o qual marchávamos, Brasil e Portugal não davam o grande passo da dupla nacionalidade, considerando os brasileiros também portugueses, em Portugal, e os portugueses também brasileiros, no Brasil.

Já anteriormente, no Tratado de Amizade e Consulta, firmado a 16 de novembro de 1953, Portugal e Brasil concordaram em conceder cada qual aos nacionais do outro uma quase completa equiparação jurídica, ressaltando apenas o que diretamente dispusessem suas Constituições em contrário.

Nada mais eloqüente para comprovar o espírito de compreensão e o desejo do Governo brasileiro de assentar em sólida base jurídica a Comunidade Luso-Brasileira do que o disposto no art. 199 da Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969, que deu solene confirmação constitucional àquele antigo anseio de igualdade: "Respeitado o disposto no parágrafo único do art. 145, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude de sua condição de nascimento, se for admitida a reciprocidade em favor de brasileiros."

O Governo de Portugal aceitou as condições de reciprocidade, sabendo-se já estarem prontos os estudos para a execução plena desse dispositivo, os quais serão dados à publicidade, em ato simultâneo, quando o nosso Governo tiver preparado a regulamentação que lhe compete. E o Brasil, antecipando em parte esse propósito comum, já equiparou os portugueses residentes aos brasileiros na lei que dispõe sobre a aquisição de propriedades rurais em nosso País.

Apesar dos retardamentos na regulamentação das decisões de alto nível, é fora de dúvida que são positivas as medidas do Governo do Brasil para maior aproximação e entendimento entre brasileiros e portugueses.

Merecem consideração especial os problemas econômicos sob o ângulo de

uma comunidade luso-brasileira, pois a solidez e duração dessa comunidade não podem prescindir dos interesses comuns que o intercâmbio comercial e a vinculação empresarial conseguirem desenvolver e consolidar.

Na competição internacional, cada vez mais intensa, unem-se em blocos numerosas nações, fortalecendo-se na comunhão, recebendo e concedendo facilidades, para suportar a concorrência e o desafio de outros blocos ou das superpotências, que quase monopolizam o progresso da tecnologia e dominam os mercados — principalmente dos produtos de que muitos países dependem para a sua sobrevivência.

A comunidade Luso-Brasileira, pela sua situação geográfica privilegiada, com pontos de apoio em quatro continentes e com a facilidade de comunicação humana que a língua comum proporciona, livre dos choques e ressentimentos que as fronteiras imediatas costumam provocar, tem excelentes condições para criar vínculos empresariais e de comércio, formando um bloco homogêneo e de forte poder competitivo, capaz de propiciar o desenvolvimento convergente dos dois países.

Integrado num mundo interdependente, deve o nosso País formar ao lado daqueles cujos interesses mais se aproximam ou menos se distanciam dos nossos na áspere luta da competição internacional, mas minha convicção de brasileiro e de homem de estudo é que essa etapa será transitória, embora na escala da vida das nações, porque estamos fadados a traçar nosso próprio caminho, com vocação de liderança.

A Comunidade Luso-Brasileira, dando-nos ponto de apoio na África, abrindo-nos possibilidades de alcançar os mercados consumidores de todo aquele continente ao sul do Equador pelas portas de Angola e Moçambique, pondo-nos em contato com o Oriente através de Macau e Timor, e permitindo-nos ingressar na própria Europa pelo caminho de Lisboa, poderá descortinar à nossa audácia e ao nosso esforço horizontes de amplitude mundial.

Disponos dos instrumentos jurídicos que nos permitem fecundar o vasto campo da integração econômica luso-brasileira. O Acôrd de Comér-

cio com Portugal, de 7 de setembro de 1966, ratificado em 1968, já nos permite caminhar nessa direção, mas ainda não começamos a explorar intensamente essa possibilidade de entrosamento comercial e empresarial.

Faltará talvez ao País a consciência dessas perspectivas, como observou o economista Garrido Torres, em conferência proferida há dois anos no Clube Português de São Paulo. Em suas próprias palavras, "a vontade de transformar o ideal em realidade, o que é, essencialmente, uma obra de estadismo e sabedoria política, não surgirá sem uma ação psicossocial inteligente, esclarecida, deliberada, de olhos postos no futuro mediato", pois obra tão grandiosa "não depende exclusivamente dos governos e dos empresários, ela depende também — e de modo decisivo — do comportamento da opinião pública".

Devido a essa falta de condicionamento psicológico, mesmo entre os empresários e homens de governo, muitos talvez não se apercebam das mudanças mais recentes em nossas estruturas econômicas e das possibilidades que nesse novo quadro a Comunidade Luso-Brasileira oferece aos nossos dois países.

Admite-se em Portugal que o Brasil progrediu, cresceu, mas continua a agir num contexto de país essencialmente agrícola, exportador de café a competir com Angola. Ainda não se vulgarizou ali a imagem do Brasil industrial, que rompeu as amarras do tempo e quer avançar celeremente, vencendo barreiras com esforço e sacrifício, para criar condições competitivas no mercado internacional.

No Brasil, igualmente, conservamos a imagem limitada do Portugal do continente, com restrito mercado consumidor e que tradicionalmente nos supre de azeite, castanha e vinho. Não nos ocorrem, desde logo, nas reflexões habituais, as novas perspectivas de desenvolvimento lusitano, em parte porque não nos habituamos a associar Portugal às Províncias Ultramarinas, nem calcular o potencial desse conjunto. O que ouvimos com mais frequência é a propaganda orientada contra Portugal, que não distingue entre os diversos aspectos dos problemas fundamentais e procura apresentar a perspectiva de maior intercâmbio como simples mecanismo

de apoio à posição metropolitana de Portugal na África. Se esse raciocínio devesse prevalecer, com mais forte razão o Brasil teria que encerrar a sua política de comércio com países que professam ideologias que combatemos, e com os quais nunca tivemos a afinidade profunda que nos liga aos portugueses.

Nós, que visitamos Angola e Moçambique, que sentimos o pulsar acelerado dessas regiões, que observamos seu progresso e seu potencial de trabalho e de decisão, que admiramos suas belas cidades e tomamos contato com o seu *hinterland*, que entrevistamos seus técnicos e administradores, pudemos bem apreciar as oportunidades que o Brasil está perdendo, no seu atual isolamento dessas regiões, a que deveria estar economicamente vinculado, comprando e vendendo e participando da sua prosperidade.

Para citar apenas alguns números significativos, devo lembrar que Angola, a maior e a mais desenvolvida das Províncias, com área equivalente à do Estado do Pará, é servida por uma rede viária de mais de três mil quilômetros de ferrovia e mais de cinco mil quilômetros de estradas asfaltadas. Sua produção de cimento equivale à do Rio Grande do Sul, e o potencial elétrico ali instalado é superior ao de que dispõem, em conjunto, os Estados do Pará, Amazonas e Acre e os Territórios Federais. Sendo um dos maiores produtores de diamante do mundo, Angola ingressou no mercado internacional de minério de ferro, exportando mais de quatro milhões de toneladas por ano, através das modernas instalações portuárias de Moçamedes. E a produção de petróleo de Cabinda deverá alcançar brevemente cem mil barris por dia.

Não bastasse o potencial próprio de cada país, a Comunidade Luso-Brasileira permitirá que o Brasil, através de Portugal, alcance o EFTA (European Free Trade Association) e que Portugal, por nosso intermédio, tenha acesso ao mercado da ALALC.

Apesar de todas essas possibilidades, apesar do entendimento que facilmente poderia ser estabelecido por empresários e comerciantes, que já dispõem inclusive de uma linha regular de navegação marítima entre o Brasil, Angola e Moçambique, devemos reconhecer e confessar — para

encontrar mais rapidamente as soluções adequadas — que nosso esforço nesse sentido, inclusive nas esferas administrativas, não tem correspondido a essas amplas perspectivas. A própria Comissão Econômica instituída pelo Acórdão de Comércio com Portugal, composta de representantes oficiais e de entidades privadas, não tem cumprido com rigor o calendário de suas reuniões, que deveriam ser semestrais.

Para dar maior objetividade à Comunidade Luso-Brasileira, precisamos reiniciar os estudos, em nível técnico, de vários e importantes assuntos ainda pendentes, como sejam: os regimes aduaneiros especiais; o estabelecimento de "zonas francas" em Portugal e no Brasil; tarifas especiais nas ferrovias de Angola e Moçambique, já propostas por Portugal, para alcançar o mercado dos países africanos vizinhos; implementação do protocolo de cooperação entre as indústrias de construção e recuperação naval dos dois países; conclusão dos estudos destinados a evitar a dupla tributação e incrementar os acordos de complementação industrial entre as empresas de um e outro país.

Está a exigir atenção especial, em nível técnico e de governo, o estudo da possibilidade de importação de petróleo de Angola, fonte muito mais próxima que alguns de nossos grandes fornecedores. A Petrobrás, empresa criada para executar a política oficial do petróleo, certamente não se esquivará a um estudo em profundidade, com predominância dos interesses globais do País, para superar dificuldades de pormenor que certamente tais problemas apresentam.

Técnicos dessa grande empresa têm defendido a necessidade de nos lançarmos à exploração de petróleo também no exterior, dado o aumento acelerado de nosso consumo e a dificuldade de atendermos à demanda interna a curto e médio prazo. Por que não estudamos então a viabilidade de participarmos da pesquisa e exploração de petróleo nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, onde já operam diversas companhias internacionais, algumas de porte menor que a Petrobrás?

Este breve apanhado — já tão longo para esta cerimônia — das perspecti-

vas da Comunidade Luso-Brasileira dá uma idéia do desafio que as condições atuais do mundo lançam aos dois países, desafio à sua audácia e à sua capacidade de realização. Diante dele não devem recuar nem o o valoroso povo que descobriu e colonizou nosso imenso País, nem o povo, não menos valoroso, que o está transformando numa grande potência. Nossa geração tem o dever de enfrentar

esse desafio, em honra dos nossos antepassados. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Senador João Cleofas) — Ao encerrar a presente Sessão, agradeço a presença dos Srs. Ministros de Estado, do Sr. Governador de Brasília, dos Srs. Membros do Poder Judiciário, dos Srs. Chefes Militares e demais autoridades civis. Cabe-me ainda acentuar a honrosa

presença do Sr. Almirante Manoel Ferreira Crespo, em companhia de S. Exa. o Sr. Embaixador da nobre nação amiga portuguesa. Convido as autoridades presentes e os Srs. Congressistas para tomarem uma taça de champanha no Salão Nobre do Senado.

Está encerrada a Sessão. (Palmas.)

(Encerra-se a Sessão às 17 horas.)

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF